

# LUTAR: VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

A CGTP-IN valoriza os avanços na recuperação de alguns direitos, de rendimentos e salários, no aumento das pensões, reformas e apoios sociais. Mas são progressos tímidos, face às consequências da política de agravamento da exploração e empobrecimento do Governo PSD/CDS-PP que subsistem. É preciso responder aos problemas estruturais do país, resultantes de décadas de política de direita.

**PORTUGAL NÃO PODE CONTINUAR REFÉM DAS IMPOSIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, DOS CONSTRANGIMENTOS DO EURO E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CONDICIONAMENTO DO NOSSO DESENVOLVIMENTO SOBERANO, DO PESO DA DÍVIDA, QUE TEM DE RENEGOCIAR!**

**Todos à  
Manifestação Nacional  
em Lisboa**

**15 horas  
18 nov.  
M. Pombal/Restauradores**



UNIÃO DOS SINDICATOS DE AVEIRO

**É PRECISO  
ROMPER COM  
A POLÍTICA  
DO PASSADO!**

**PERSISTEM AS  
DESIGUALDADES  
SOCIAIS E A  
POBREZA DE PARTE  
SIGNIFICATIVA DA  
POPULAÇÃO!**

**É PRECISO  
ROMPER COM  
A POLÍTICA  
DO PASSADO!**

**OS SALÁRIOS E  
AS REFORMAS  
CONTINUAM  
MUITO BAIXOS!**

**É PRECISO  
ROMPER COM  
A POLÍTICA  
DO PASSADO!**

**AS RELAÇÕES DE  
TRABALHO CONTINUAM  
PROFUNDAMENTE  
DESEQUILIBRADAS A  
FAVOR DOS PATRÕES E O  
GOVERNO DO PS RECUSA-  
-SE A REVOGAR AS  
NORMAS GRAVOSAS DA  
LEGISLAÇÃO LABORAL!**

**É PRECISO  
ROMPER COM  
A POLÍTICA  
DO PASSADO!**

**A PRECARIIDADE,  
QUE ATINGE  
CERCA DE  
1 MILHÃO DE  
TRABALHADORES,  
CONTINUA SEM  
RESPOSTA  
CONSEQUENTE!**

**É PRECISO  
ROMPER COM  
A POLÍTICA  
DO PASSADO!**

**OS DIREITOS DOS  
TRABALHADORES SÃO  
POSTOS EM CAUSA E  
OS SINDICATOS  
IMPEDIDOS DE  
ENTRAR EM  
EMPRESAS E  
SERVIÇOS!**

**É PRECISO  
ROMPER COM  
A POLÍTICA  
DO PASSADO!**

**OS SALÁRIOS DOS  
TRABALHADORES DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
NÃO SÃO AUMENTADOS  
DESDE 2009 E O  
DESCONGELAMENTO DAS  
CARREIRAS FICA MUITO  
AQUÉM DO EXIGÍVEL!**

# É PRECISO AFIRMAR E EXERCER DIREITOS É preciso lutar:

Todos à  
Manifestação Nacional  
em Lisboa

15 horas  
**18 nov.**  
M. Pombal/Restauradores

## Pelo aumento geral dos salários e por uma mais justa distribuição da riqueza

- Aumento dos salários, em 2018, em pelo menos 4%, e um acréscimo não inferior a 40 €/mês;
- Aumento do salário mínimo para 600€ em 1 de Janeiro de 2018;
- Aumento dos salários e descongelamento das progressões salariais e profissionais na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado.

## Pelo emprego com direitos, contra a precariedade e todo o tipo de discriminações

- Criação de emprego estável, seguro e com direitos;
- Combate à precariedade segundo o princípio de que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um contrato de trabalho efectivo;
- Eliminação de todas as normas legais que facilitam e promovem a precariedade;
- Fim das discriminações nos salários, prémios e subsídios.

## Pela reposição do direito de contratação colectiva

- Revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, designadamente a caducidade, sobrevivência, escolha da convenção mais favorável e a possibilidade da sua suspensão;
- Reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e da renovação automática dos contratos colectivos;
- Eliminação da possibilidade de delegação de poderes para negociar em nome dos sindicatos;
- Exigência de que o governo respeite o direito de negociação dos sindicatos da Administração Pública.

## Pela regulação e redução dos horários de trabalho

- Contra as adaptabilidades, bancos de horas e horários concentrados;
- Pelas 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores;
- Pela garantia de dois dias de descanso semanal, consecutivos, ao sábado e domingo;
- Pela reposição e melhoria do pagamento do trabalho suplementar e dos descansos compensatórios;
- Pela melhoria do trabalho em regime de turnos e nocturno.

## Pela segurança social e serviços públicos para todos

- Reposição da idade geral da reforma aos 65 anos e revogação do factor de sustentabilidade;
- Acesso à reforma ao fim de 40 anos de descontos, sem penalização;
- Reposição e melhoria do poder de compra das pensões de reforma;
- Revisão do sistema de protecção no desemprego aumentando o tempo de concessão e eliminando o corte de 10% ;
- Serviços Públicos universais, de qualidade, que reforcem o Poder Local democrático, o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social.



UNIÃO DOS SINDICATOS DE AVEIRO

**HÁ TRANSPORTES ORGANIZADOS. INFORMA-TE JUNTO DOS DELEGADOS SINDICAIS OU NO SINDICATO!**